



# Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1981

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Mário Celso e Gernote Kirinus.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (57) achando-se ausente o Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente, peço verificação de votação da ata.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a verificação de votação da ata.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para a questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pediria a Vossa Excelência que, prioritariamente fizesse a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados. Solicito do Sr. 1.º Secretário, a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal) Há “quorum” para continuidade da sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discutí-la, declaro-a aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente, Solicitei verificação de votação da ata.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação da ata).

21 Srs. Deputados a aprovam; nenhum Sr. Deputado a rejeita. — Aprovada a ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de TELEX em caráter de urgência, ao Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A., Sr. Carlos Aloísio Weber, pedindo que não seja desativada a linha de trens de passageiros que atende Londrina e toda região Norte do Paraná, no próximo dia 11.

Outrossim, requer que do presente seja dado ciência ao Presidente da Associação Comercial de Londrina, da medida tomada.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES.

### JUSTIFICATIVA:

Entendemos que essa desativação contraria a política governamental de economizar combustível derivado de petróleo, de buscar outras alternativas energéticas para o transporte, de ênfase para o transporte coletivo de massa e a própria prioridade para o setor dos transportes ferroviários.

Essa desativação deixa também, sem opção de transporte, os mais de seis mil passageiros que embarcam mensalmente somente da estação de Londrina, segundo estatística que temos em mãos. Esse número em termos de Norte do Paraná deverá subir para mais de trinta mil passageiros, todos pertencentes à sofrida faixa dos menos favorecidos pela sorte.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. LEOPOLDO SEFRIN, ocorrido em Campo Mourão, e que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento da Senhora ÍRIA OLIVEIRA, ocorrido em Campo Mourão.

Outrossim, requer que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência ao Sr. Miguel Antunes de Oliveira.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o

Plenário desta Casa, que se consigne em ata um voto de pesar pelo falecimento da Senhorita SANDRA CAMUÇA, ocorrido em Araruna, e que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1.981.

(a) DARCY DEITOS.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, se registre nos Anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. OCTÁVIO BERTICELLI, ocorrido na Cidade de Santa Izabel d'Oeste.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1.981.

(a) DENI SCHWARTZ.

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Octávio Berticelli foi pioneiro de Santa Izabel d'Oeste, tendo se dedicado à atividade industrial,

Vereador eleito em 1.972, destacou-se pela sua atuação voltada aos interesses dos seus municípios, tendo ocupado a Presidência da Câmara.

Atualmente era Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, deixando a sua falta, uma lacuna no seio da comunidade de Santa Izabel d'Oeste.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Deputados integrantes da bancada paranaense com assento na Câmara Federal, sugerindo aos mesmos envidem esforços no sentido de promover apoio necessário à aprovação do Projeto de Lei n.º 797/79, que tem por objetivo determinar disposições sobre regulamentação de compensações aos municípios detentores de energia hidráulica explorados por concessão.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1.981.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que:

Tal projeto de lei visa em si a compensação pela perda de extensa área de terra ao lado da perda de produção agrícola, fator de desenvolvimento e sobrevivência administrativa,

Considerando que:

Principalmente em nosso Estado, apenas as usinas de Fóz do Areia, Salto Segredo, Salto Santiago, Salto Caxias, Capaneima, Ilha Grande, Taquaruçu e Porto Canoas, que representam 56,3% da área a ser inundada, somente o reservatório de Ilha Grande, representando 35,7% da área a ser inundada é responsável pela perda de 250.848 t de produtos agrícolas, o que representa cerca de cinco bilhões, seiscentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e um mil cruzeiros ao ano;

Considerando que:

Os demais reservatórios serão responsáveis pela perda de 155.177 t no valor de mais de um bilhão, trezentos e sete milhões, seiscentos e setenta e oito mil cruzeiros ao ano;

Considerando que:

Ao lado de tais perdas de extensão de área de terra e produção agrícola junta-se a queda da receita orçamentária a nível municipal;

Considerando que:

O efeito social neste aspecto é violento e somente a inundação da área do reservatório de Itaipu (835 km<sup>2</sup>, no Paraná)

afetará 11,42% da população regional que perdendo suas fontes de renda agravarão ainda mais o problema social e econômico do Estado;

Considerando que:

Tendo o projeto de lei recebido parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, Transportes, Minas e Energia e Economia, Indústria e Comércio, e que busca em seus objetivos:

- 1.º - dar prioridade na exploração dos recursos hídricos aos Estados detentores dos mesmos
- 2.º - quando a exploração estiver sendo efetuada por concessionária de outro Estado, a Unidade da Federação detentora do recurso caberá, a título de compensação, cinco por cento do valor da energia gerada;
- 3.º - aos municípios que tiverem áreas alagadas em função da construção de hidrelétricas, receberão proporcionalmente à área ocupada, dez por cento do valor da energia gerada.

Em vista do aqui exposto, sugere aos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais, para que unam esforços em torno da aprovação deste P.L., para que se evite os desequilíbrios internos que já começam a surgir.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de solidariedade e apoio aos membros da Comissão de Representação dos futuros expropriados pelas barragens de Ilha Grande no Paraná e Porto Primavera, no Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1.981.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 14 de dezembro de 1.980, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, tendo por local as proximidades do Rio Paraná, reuniram-se em Assembléia os futuros expropriados pelas barragens de Ilha Grande no Paraná, e Porto Primavera, no Mato Grosso do Sul, contando com a presença de interessados procedentes dos Municípios de Mundo Novo, Eldorado, Itaquiri, Naviraí, Anaurilândia, Bataguá e Brasilândia, do Estado do Mato Grosso do Sul e mais, dos Municípios de Guaíra, Terra Roxa, Altônia, Umuarama, Querência do Norte, Icaraíma, Francisco Alves, São Pedro, Porto Rico, Marilena e Pérola, do Estado do Paraná, que juntamente com lideranças sindicais e religiosas, tomaram uma série de medidas, e enviaram às autoridades constituídas, documento onde apresentam suas reivindicações.

O documento contendo as reivindicações dos futuros expropriados, merece em nosso entender toda a atenção e nosso esforço para que as autoridades tomem as medidas cabíveis e solicitadas pelos futuros atingidos por essas barragens, pois trata-se de reivindicações justas e portanto merecedoras também de nosso apoio.

E requeremos a consignação de voto de solidariedade e apoio às populações atingidas, através os integrantes da Comissão de Representação dos futuros expropriados, na pessoa dos Senhores Augustinho Bukowski, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná; Pedro Ramalho, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul, Calisto Rodrigues de Freitas, Presidente da Comissão Pastoral da Terra/Pr; Sebastião Inácio, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Icaraíma/Pr; José Xavier de Lima, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mundo Novo/MS; Irmã Rosa Geni Helele, Comissão Pastoral da Terra/MS.; José Totoli, Marco Antônio

nio dos Santos; Urias Pereira da Silva, posseiros da Ilha e Eugênio Capati, pescador da ilha.

O conhecimento daqueles que fecham os olhos para uma realidade indiscutível.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao INCRA e ITC, sugerindo a estes órgãos a criação de equipes especiais com livre trânsito junto a outros órgãos consultivos no tocante a regularização de terras para atender prioritariamente as áreas dos futuros reservatórios de Itaipu e Ilha Grande em caráter de urgência.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1.981.

(a) GERNOTE KIRINUS.

### JUSTIFICATIVA:

Nossa sugestão prende-se a necessidade da agilização dos trabalhos referentes à legalização e titulação de áreas de terras que serão atingidas pelas barragens de Itaipu e Ilha Grande no Rio Paraná, tendo em vista a demora verificada por parte do INCRA e do ITC na regularização de tais áreas, criando com isso prejuízo aos seus ocupantes.

Com a criação de Comissões Especiais com o objetivo único de promover a agilização da regulamentação de tais áreas, virá solucionar pelo menos em parte um problema crucial e até então gerador de insatisfações e de tensão social na área.

### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 3/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE PÉROLA — “ARA”, com sede e foro na Cidade de Pérola.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1.981.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

É sua finalidade a recuperação pela psicoterapia de grupo, de pessoas de ambos os sexos, dadas ao vício de alcoolismo.

Manter cooperação harmoniosa, sem qualquer remuneração, com todas as organizações similares.

Organizar e manter departamento assistenciais para a recuperação de recuperados, proporcionando-lhes readaptação junto a familiares e à sociedade.

Desta forma, apresentamos o presente plano de lei, à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última semana, rumores que circulavam por esse Paraná afora, geraram uma certa intranquilidade, na classe trabalhadora de Paranaguá.

Eis que, noticiava-se que o Sr. Otávio Rainho, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, teria afirmado que o diferencial de registro de dois centavos de dólar, com relação a Santos,

iria cair.

É claro que, neste momento, nós intensificamos um trabalho e recorremos ao Sr. Governador, que de imediato mandou um telex ao Ministro Camilo Pena e outro ao Presidente do IBC, Dr. Otávio Rainho.

Inclusive, tendo conversado pelo telefone com o Sr. Presidente do IBC, ocasião em que ele desmentiu, dizendo que não teria nem sequer cogitado de extinguir aquele diferencial de vantagem que Paranaguá tinha sobre a praça de Santos.

E nós, queremos, nesse momento, render nossa homenagem ao Sr. Governador Ney Braga, que sempre esteve na vanguarda desses acontecimentos, sempre foi uma figura de proa, quando ameaçados estavam os interesses dos trabalhadores de Paranaguá.

E nós, que naquele momento estivemos presentes, na sexta-feira última, convidados que fomos para uma reunião no Centro de Comércio Café de Paranaguá, dissemos do que havíamos feito e a certeza que tínhamos, de que jamais o Governador Ney Braga faltaria na hora em que dele nós precisássemos.

Hoje, um outro fato alviçareiro cultiva a nossa vinda nesta tribuna.

Fomos convidados pelo Sr. Saul Raiz, Secretário de Assistência aos Municípios, para que estivéssemos presentes às onze horas da manhã, razão em que, o Governo do Estado através da sua Secretaria de Assistência aos Municípios, entregaria às prefeituras de médio porte, importâncias vultosas e significativas.

Como foi o caso de Paranaguá, que recebeu dois milhões e meio de cruzeiros, para estradas vicinais, atualização do plano de desenvolvimento urbano, elaboração de projeto de drenagem da área urbana, elaboração de projeto de estrutura de contenção para aterro hidráulico do Rio Itiberê e elaboração do plano diretor para o distrito industrial.

Tudo isso significa o trabalho do Governador Ney Braga, através da Secretaria de Assistência aos Municípios, num plano conjugado conosco.

Fazendo com que, tenhamos certeza, de que juntos alcançaremos o ideal, juntos buscaremos superar as dificuldades das cidades de médio porte, no caso de Paranaguá.

E, sentimos um alto prestígio por parte do Sr. Dr. Saul Raiz, que insistiu para que estivéssemos presentes e lá estivemos. E Sua Excelência foi muito claro, quando se referiu aos Deputados que representam os municípios que receberam auxílios hoje, pela manhã, dizendo aos Srs. prefeitos que, antes de mais nada, os Srs. Deputados eram ouvidos, eles eram prestigiados e a opinião do Deputado era de alta valia, de grande significado para que as prefeituras pudessem receber aqueles auxílios.

Ficamos honrados com o Sr. Secretário Saul Raiz e, neste momento, desta tribuna, agradecemos a forma como ele nos recebeu e nos prestigiou.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. —  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
(Lê):

“O Paraná lamentavelmente deverá deixar de plantar muito trigo. E as razões são óbvias. O alto custo de produção, baixo financiamento para médios produtores e falta de amparo no seguro PROAGRO. E ainda por uma dessas razões, que a razão não explica suficientemente, sofremos uma campanha de que a produção do trigo no Brasil é mais onerosa que a compra, daí a crescente importação de tão valioso cereal.

A verdade, Srs. Deputados, é que somos intrigados com as

consequências de nossa subordinação, de nossa dependência em questão tão grave.

Será que não devemos produzir todos os alimentos do povo brasileiro? E a campanha em favor da agricultura tão divulgada não deve atingir o trigo para reduzir as imensas parcelas de dólares, de ouro, que pagamos por sua compra ou exportação?

E é por esse motivo que ainda não nos convencemos de que haja colaboração sincera entre os órgãos fixadores das importâncias financiadas para o plantio do trigo, das tabelas que apresentam custos de produção, etc., porque na realidade, na lavoura, a situação é outra, diferente, em prejuízo do agricultor.

Vejamos por exemplo o custo de produção:

Sementes .....	12.535,00
Fertilizantes .....	10.890,00
Ureia .....	3.509,00
Inseticida .....	968,00
Fungicida .....	21.538,00
Preparo do solo,	
tratos culturais e colheira .....	18.681,00
Frete .....	4.200,00
	72 321,00

Com juros atinge a Cr\$ 86.785,00 por alqueire.

Senhores Deputados: O Preço estabelecido para o trigo nacional com PH 78 é de ..... Cr\$ 1.710,00

Descontos (6%) ..... 116,00

Líquido por saco ..... 1.594,00

Ora, para pagar aqueles Cr\$ 86.785,00 investidos no plantio seriam necessários 55 (cinquenta e cinco) sacos de trigo, que fariam Cr\$ 87.670,00; mas ocorre que a média de colheita no Brasil é de apenas 52 sacas e 4 décimos, não atingindo, portanto, nem o custo de produção.

E o PROAGRO, isto é, o órgão que deveria assegurar ao agricultor o reembolso de seus gastos em caso de frustração de safra. O PROAGRO só atende a uma média de setenta por cento do VBC, isto é setenta por cento do valor básico de custeio, e os outros trinta por cento investidos pelo agricultor. Quem os reembolsa, Senhores Deputados?

Diante de um quadro como o que oferecemos, em que o agricultor não entende porque o trata de maneira diferente daquela divulgada pelos meios de comunicação, o que estamos assistindo é uma considerável parcela de agricultores se desinteressando da lavoura. É a redução de áreas de terras de plantio. O agricultor poderá inclusive optar para investir em papéis, ou títulos de valores préfixados, com renda ao ano de até cem por cento, - com duplo prejuízo ao povo. desemprego no campo e menor produção de trigo.

Mas nós sabemos, perfeitamente, que o agravamento da situação da agricultura não é, e nem nunca foi o pensamento do poder público, todo ele voltado para o bem comum, todo ele dedicado a melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Que existe o propósito do poder público de ajudar ao mini, ou pequeno produtor, existe, tanto que lhe assiste em cem por cento de financiamento do VBC.

Ao médio oitenta por cento e ao grande sessenta por cento.

Na verdade tem que se fazer algo para que o preço de trigo seja superior ao custo de produção.

É fundamental também que o PROAGRO cubra cem por cento, pois só assim poderia incentivar o aumento da área de produção.

Precisamos, nós, os representantes do povo no setor Legislativo, precisamos unir forças com os demais poderes, e num trabalho patriótico procurar as melhores soluções para os graves problemas que afligem o agricultor e o homem do campo."

Era só.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — "O MUNDO É DE DEUS E ELE O EMPRESTA AOS VALENTES".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Neste início de março, um ano passado, o Paraná político e administrativo perdia uma de suas figuras mais brilhantes, e cujo prestígio e respeito foram conquistados ao longo de uma vida dedicada ao bem estar comum e aos mais legítimos interesses da comunidade. Refiro-me a ARNALDO BUSATO, homem que por duas Legislaturas teve assento nesta Casa; que por duas Legislaturas representou o povo paranaense na Câmara Federal com altivez e que por duas vezes, igualmente, com honestidade, convocado por dois Governos, ocupou uma das mais importantes funções administrativas deste Estado, a Secretaria da Saúde, pasta posteriormente nomeada como Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social.

Em todos os momentos e em todos os postos ARNALDO BUSATO foi o mesmo batalhador idealista, o mesmo homem fiel aos seus princípios de lealdade; deu mais do que pediu, ofereceu muito mais do que recebeu. Jovem, ainda, perdeu a vida, a qual tanto amava e valorizava, naquilo que entendia como um se dar continuamente, consciente de que, na passagem terrena, há que se ter uma tarefa, uma missão, uma síntese - enfim - da própria essência existencial, e que não é temporária, não é passageira, pois o esforço, o amor, a abnegação, se perpetuam.

E até se eternizam, diria eu, desde que não deixemos a marca do tempo virar as melhores páginas, iguais àquelas tantas que em ARNALDO BUSATO tiveram um batalhador incansável e uma presença constante. E não é outro o sentido de minha posição, agora, na tribuna desta Casa, senão aquela de homenagear a figura de ARNALDO BUSATO, quando do primeiro ano de seu falecimento. E de não deixar no esquecimento o nome do homem, a obra de um homem e acima de tudo, o exemplo do homem.

Um nome, uma obra e um exemplo que permanecem, pois os que o conheceram continuam de mãos dadas, unidos no bom exemplo e por aquela mensagem que não perece. ARNALDO BUSATO, recorde agora, dentre suas leituras preferidas, lia e citava o Apóstolo São Paulo, ao dizer que "Combati o bom combate, encerrei a minha carreira, guardei a minha fé". E ARNALDO BUSATO, efetivamente, combateu o bom combate, dando a mão aos humildes, soerguendo os caídos; encerrou a carreira por achar que sempre, alguém outro, poderia fazer melhor do que ele; e guardou a fé, pela certeza de que ela seria levada adiante, como está sendo levada adiante, na homenagem contínua dos seus amigos, na lembrança permanente não só de uma região - o Sudoeste - que foi seu berço político, como da gente de todo o Paraná, que o conheceu, reconheceu e o homenageou, como Líder autêntico, como um irmão, como um igual.

Nunca um melhor, nunca um mais forte. Um servidor, sem se servir. Um amigo, sem trair. Um vitorioso, sem cortejar. Uma legenda; imperecível, que haverá de ser cultuada, boa semente espargida na terra, crescendo dentro e acima das intempéries, todas elas - enfim - passageiros, ...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Lamento interromper neste ponto o pronunciamento de Vossa Excelência ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre Deputado que, no Pequeno Expediente, não são permitidos apartes.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço ao nobre Presidente.

Entretanto, como o orador já está na tribuna há mais de cinco minutos, me enganei, pensando que fosse realmente o Grande Expediente.

E queria também prestar a minha homenagem, de paranaense, de homem público, a este homem que combateu realmente o bom combate, que foi Arnaldo Busato. E ele deixou uma saudade imensa, não só na sua região, não só no coração de seus amigos, mas em todo o Brasil.

Quem não conhecia Arnaldo Busato, por este País todo? Quem não conhecia sua ação dinâmica na Câmara Federal?

Era este o aparte que eu queria oferecer, Sr. Presidente, sem desrespeito algum à Mesa, porque era a oportunidade que eu tinha de exprimir a minha tristeza, por estarmos há um ano sem Arnaldo Busato, a tristeza que não é minha, mas que é de todo o Paraná.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero também exprimir ...

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre Deputado que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — ... o sentimento de amizade e de companheirismo que Arnaldo Busato tinha por eminentes Deputados aqui desta Casa e especialmente o Deputado Erondy Silvério.

Guardou a sua fé, pela certeza de que ela será levada adiante. Pela homenagem como agora acabou de receber do eminente Deputado Erondy Silvério.

(CONTINUA LENDO).

“Passageiras, pois a mão forte, a mão generosa, sempre reconstrói, sempre se alonga no aceno da esperança e no toque da lealdade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acredito que este pronunciamento reflete, de certa forma o sentimento e a vontade dos amigos e dos admiradores de Arnaldo Busato. E tenho certeza, reflete também o sentimento e a vontade de tantos aqui da Casa, que convivendo com Arnaldo Busato o compreenderam, o estimaram. E também, como tantos outros, não o esquecerão na marcha do tempo”.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos a esta tribuna e as preocupações continuam as mesmas. Apesar do longo recesso, parece-me que poucas coisas mudaram.

E o povo do Oeste e Sudoeste do Paraná, jamais viveu em toda a sua história, maior insegurança e incompreensão do que nos últimos seis anos.

Os mirabolantes projetos de hidrelétricas, se no início foram motivos de sonho de melhores dias, hoje se tornaram fator não apenas de insegurança, mas de miséria, de desabrigo, de desemprego, de fome e de desespero.

Enquanto centenas de famílias de agricultores, ainda não desapropriados e nem indenizados pela Binacional Itaipu, vivem as decepções da falsidade dos que prometem e não cumprem, defrontando-se não só com o baixo valor da indenização, mas talvez muito mais com a situação inflacionária do preço das terras, já podemos vislumbrar outras milhares de famílias de agricultores, que estão se reunindo a fim de organizarem para enfrentar a já conhecida e desumana tecnocrata ELETROSUL, que haverá de construir a Hidrelétrica de Ilha Grande, no Município de Guaíra.

Sr. Presidente, Srs Deputados.

Antes de nos aprofundarmos neste assunto, lanço e colo-

co-me diante de uma pergunta que talvez possa parecer medíocre, ou até possa significar ignorância, como se não soubesse em que País, em que regime vivemos; no entanto, arrisco-me à ignorância e pergunto: esta Casa, legítima representante dos anseios e interesses do povo paranaense, foi devidamente consultada para edificação da Hidrelétrica de Ilha Grande, e em nosso Estado ou de Itaipu?

Foi o Poder Executivo do nosso Estado consultado a respeito? Já foi dada ciência por algum órgão oficial ou governamental, a nível federal, das implicações de projetos de tal natureza?

A resposta que temos é não.

E se houve resposta, foi por demais velada, de forma a que ficasse restrita ao grupo do poder que, então, pelo silêncio conspira aos que representam o povo nesta Casa.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida.

Uma construção com alcances de alto interesse social para o Estado e para o País, está envolta de silêncio e sigilo absolutos, como se dele dependesse a segurança da nossa Pátria; como se fosse segredo de guerra.

Mas, este silêncio e este sigilo, ao invés de contribuírem para com a segurança do povo, vêm, isto sim, causar o mesmo desespero que tomou conta dos agricultores remanescentes e ainda não indenizados da região de Itaipu.

A promessa do preço justo por parte dos órgãos responsáveis, há muito significa palavra oca e contraditória na opinião dos agricultores atingidos; a promessa do preço justo, Sr. Presidente, significa aos agricultores a mentira oficial de um Governo revolucionário.

Preço justo para os agricultores e mais uma vez a injustiça que acontece com eles naquela região.

Se Itaipu está se concretizando em cima de dúvidas, de denúncias, inclusive de corrupção e favoritismo ilícito, Ilha Grande está surgindo com fidelidade os mesmos passos e o mesmo esquema de dúvida. Esta parece ser a regra geral, pois as mais elementares informações a respeito de Ilha Grande, como a quantia de terra a ser atingida; o número de famílias e de pessoas a serem recolocadas e a data do início das inundações, estão sendo negadas ou estão sendo consideradas com evasivas, ou estão sendo mantidas em segredo, com propósitos expúrios.

Conforme afirmação de representantes da própria ELETROSUL, convidados a dar esclarecimentos em assembléia de agricultores, em dezembro do ano passado, existe tão somente - segundo eles - um decreto lei que viabiliza a construção de hidrelétrica e que autoriza o início já da construção de usinas, que é a primeira parte a ser feita para concluir a obra.

Engenheiros e técnicos da ELETROSUL, há mais de ano, vêm realizando estudos e levantamento na área da futura hidrelétrica.

No entanto, até o momento não foi tomada alguma providência com relação aos agricultores que serão atingidos, tomando o homem, no aspecto social, o último lugar. Sabendo que o agricultor ficará, mais uma vez, à margem dos interesses, nessa construção grandiosa, a classe se reuniu e encaminhou importante documento com reivindicações às mais altas autoridades da Nação, documento que, anexo ao nosso pronunciamento, requeiro desde já, Sr. Presidente, que seja consignado em Ata.

E gostaria de ressaltar apenas alguns aspectos desse importante documento:

Em seus considerandos, dizem os agricultores que a construção da futura barragem está trazendo uma insegurança total para os futuros atingidos: pescadores, posseiros e arrendatários.

Que as empresas construtoras tiveram, até agora, maior preocupação com a análise do solo, com cuidados com a fauna, com a flora com os problemas ecológicos em si, do que com o problema do homem, com o problema humanitário.

Que a construção dessas barragens significa quebra de produção, miséria, fome e prejuízos ao Paraná.

Com base nesses considerandos, reivindicam eles que a Presidência da República decreta a desapropriação, por interesse público, da área a ser inundada pelo Lago, antes do início da construção da mesma represa. Que o INCRA, a Marinha, o IBDF regularizem a documentação e a titulação de todos os posseiros, inclusive das ilhas, para que possam ser indenizadas e possam, com o poder de barganha, se recolocar.

Essas e outras reivindicações importantes traz esse documento, em seu bojo, que devem preocupar a todas as autoridades e também aos Parlamentares desta Casa.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Quero, de imediato, eminente Deputado, dizer que o meu modesto apoio contra a ELETROSUL, Vossa Excelência terá.

Vossa Excelência se refere ao problema da construção de Itaipu com muita propriedade.

Vossa Excelência sabe, o Paraná todo conhece, porque os problemas da Itaipu tiveram ampla repercussão a nível estadual e federal. Mas, na nossa região, e o Deputado Deni Schwartz é testemunha disso, enfrentamos um problema muito mais grave que foi o de Salto Osório, onde pretendeu a ELETROSUL indenizar os proprietários daquela área, com uma quantia equivalente a vinte mil cruzeiros o alqueire.

Vossa Excelência sabe que isso é ridículo, não se compra mais por esse preço um alqueire de terra em parte alguma do território estadual. Mas os agricultores se reuniram, contrataram advogado, ingressaram em Juízo, provaram à ELETROSUL que aquele valor não era o suficiente para o pagamento justo, conforme determina a Constituição.

O Juízo estabeleceu um laudo de avaliação das terras da região de São Jorge do Oeste, Chopinzinho, São João, esse valor pasme Vossa Excelência, nobre Deputado, fixado pelo Juiz, não está sendo cumprido pelo Presidente da ELETROSUL, engenheiro Telmo Thompson Flores, que provavelmente tecnocrata que é, frustrado na vida política, porque perdeu uma eleição depois de ter sido prefeito biônico de Porto Alegre, durante tantos anos, sequer recebe Parlamentares do PDS, como é o caso deste Deputado que foi à ELETROSUL, não pedir favor, mas exigir da ELETROSUL o cumprimento de uma exigência judicial.

E a própria ELETROSUL, que perdeu em Primeira Instância e que recorreu ao Tribunal Federal de Recursos, manda seus advogados fazerem acordos imorais e ilegais com os agricultores da nossa região.

Tal fato precisa ser todo dia dito e combatido aqui nesta Casa, temos realmente obrigação. E é por isso que esta Casa precisa se instrumentalizar e é por isso que a voz de denúncias sérias comprovadas, como esta que Vossa Excelência faz hoje, devem alcançar os mais altos escalões da República, porque não é possível que neste País se acredite apenas na palavra dos tecnocratas. É preciso dar voz e vez aos homens como Vossa Excelência e como eu, nascidos da vontade soberana do povo para que nós possamos interpretar com justeza as suas reivindicações.

Cumprimento a Vossa Excelência, que ao meu lado, é autor de uma proposta de uma comissão especial, para analisar o problema do alagamento de áreas fertilíssimas de terras, correspondente a 5 por cento do território estadual, que é o mais grave problema econômico que este Estado tem e, desde já, declaro a Vossa Excelência o meu desejo pessoal de dedicar

o melhor dos meus esforços, para que esta Comissão realmente atinja o seu objetivo e que o Paraná seja ressarcido como Estado e que os brasileiros que aqui habitem recebam realmente o preço justo das suas reivindicações.

Agradeço o aparte do nobre Deputado, inclusive o incorporo com o testemunho que dá sobre as ações da ELETROSUL no Sudoeste, que também já são, nobre Deputado, conhecidas pelos agricultores da região de Guaíra e Ilha Grande e que inclusive em reuniões em que a ELETROSUL dizia que estava imbuída de um espírito humanista, foi contestada com estas mesmas informações que Vossa Excelência acaba de trazer à Casa e que agora passo a incorporar em nosso pronunciamento.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Solicitei o aparte porque quero concordar em gênero e número com o que Vossa Excelência colocou nesta tribuna e também com o que disse o nobre Deputado Luiz Alberto, no seu aparte.

Sou testemunha da ação do Deputado Luiz Alberto e inclusive dos fatos que ele trouxe hoje à público, pois já há muito tempo, ele particularmente me havia dito a maneira pela qual o ilustre Presidente da ELETROSUL recebeu esse Parlamentar.

De fato, o assunto é de suma gravidade e se nós tivermos presentes, baseados num estudo do último boletim do BADEP saído ainda no mês passado, vemos a gravidade do que se está fazendo com o nosso Estado, gravidade essa que, apesar dessas quatro paredes desta Assembléia estarem já repletas de reclamações de uma ou de outra bancada, infelizmente, parece que ainda não motivou o Poder Público, sequer o Executivo Estadual, e exemplifico, Deputado, que o próprio Governo Estadual está seguindo a ELETROSUL, tanto assim que se construiu a Usina de Foz do Areia e ela não pode ser operada em sua carga máxima porque, pasmem, Srs. Deputados, a COPEL não tem recursos para desapropriar as áreas que serão inundadas com o aumento da cota que é para capacidade total da Usina de Foz do Areia.

Portanto, é incompreensível como se começa e como se conclui uma obra sem se ter recursos, para sequer desapropriar a bacia inundada e isso está sendo feito pelos tecnocratas do Paraná, para não irmos buscar os exemplos mais longe.

Fiquei pasmado, quando em conversa com o Presidente da COPEL, ele mostrou o drama financeiro que vive a COPEL e que não tem dinheiro para desapropriar a área a ser inundada pela cota definitiva da Usina, já em operação, de Foz do Areia.

Primeiro se faz a obra, depois vai se pensar no recurso, quando de fato e por orientação do Sr. Governador Ney Braga quando assumiu o Palácio, estão lembrados disso, ele dizia: “no meu Governo, as desapropriações deverão anteceder as obras”.

E está aí um exemplo típico de que isso não está ocorrendo. Portanto, nesta oportunidade, eu faria um apelo até aos Srs. Deputados da Situação, ao Líder da Situação, que procurasse levar ao Sr. Governador, às autoridades deste Estado, para que também, aqui no Paraná, e com as nossas autoridades a não continuar socorrer, aquilo que combatemos, com o Governo Federal que está a abocanhar grande parte do Paraná. Aliás, muito bem retratado em recente estudo do Banco de Desenvolvimento do nosso Estado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte do nobre Deputado, inclusive as informações que traz e uma, os aspectos publicados pelo BADEP na última revista do trimestre de abril, maio e junho.

“Quando os agricultores, reunidos em Navaraí, solicitaram informações a representantes da Secretaria da Agricultura de Umuarama, Cascavel e Paranavaí, que lá estiveram na



reunião dos agricultores em setembro de 1.980, diziam aqueles representantes do Governo do Estado do Paraná, de que não se tinha nenhuma informação, nenhum dado.

No entanto, os dados que trago para este pronunciamento, são de abril, maio e junho da Secretaria do Planejamento, da revista recém citada por Vossa Excelência.

Parece-me que até sobre o que perderemos aqui neste Estado, existe interesse de fazer segredo.

Mas, voltando, Sr. Presidente, nós vemos, que os pedidos que há pouco vimos no documento dos agricultores ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência pede permissão, para interromper o orador por um instante, a fim de convocar o primeiro Vice-Presidente, Deputado Gilberto a assumir essa Presidência, para que possamos recepcionar o Cônsul de Portugal que visita esta Casa neste instante.

Continua com a palavra o nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Dizia eu, que o documento, as reivindicações dos agricultores que serão atingidos por Ilha Grande, são pedidos que almejam a justiça social. Pedidos que almejam no mínimo, para quem com certeza perderá tudo aquilo que com carinho e sacrifício conseguiu e edificou.

O alegado espírito humanitário, tanto da Binacional Itaipu e agora ELETROSUL, é tão frágil, como há pouco acabamos de ver nesta Casa, dado as denúncias aqui trazidas pelo nobre Deputado Luiz Alberto, que se contradiz de imediato. Pois, existe um Decreto-Lei da Presidência da República, que viabiliza a construção da obra.

No entanto, não existe ainda Decreto-Lei de desapropriação da área a ser atingida e nem estudo, muito menos, projeto de recolocação dos indenizados.

Que espírito humanitário é esse, em que uma empresa aceita a construção de uma obra de tamanha envergadura, sem antes ver todos os problemas sociais que esta obra fará. Por certo, será adotada aquela filosofia humanitária há pouco aqui relatada pelos nobres Deputados que nos apartearam, que já é conhecida nesta Casa que a ELETROSUL aplicou lá em Salto Santiago. Pagando a milhares de agricultores, preços simbólicos e irrisórios.

Mas, é inacreditável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se criam e se edificam hidrelétricas em territórios paranaenses sem uma consulta prévia à população, ou ao Governo do Estado e muito menos à Assembléia Legislativa. Mais uma vez, somos os bons anfitriões de uma obra, que trará imensos benefícios para o País e mais precisamente para o desenvolvimento industrial do Triângulo Mineiro São Paulo, Rio e Minas.

Enquanto isso, nós aqui no Paraná, haveremos de arcar mais uma vez sozinhos, não só com a inundação de nossas terras férteis, mas também com a expulsão de nossa gente laboriosa, e o que é pior, tudo isso acontece, diante inclusive do silêncio do Palácio Iguazu.

Se São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais têm suas fontes de energia limitadas ou até mesmo esgotadas, ao ponto de não poder ampliar o seu já inflacionado parque industrial, por que não industrializar o Paraná? Por que não fazer da nossa fonte de energia uma bandeira para atrair para cá as indústrias?

Mas o Paraná está sendo forçado ao contrário, a empregar suas fontes energéticas para alimentar a indústria e o progresso de outros Estados em detrimento do nosso sub-desenvolvimento.

Como já dizia o Deputado Deni Schwartz, apenas para exemplificar trago aqui as informações já publicadas pela Secretaria do Planejamento. Que a Hidrelétrica de Ilha Grande e Itaipu, o território de 18 países do mundo não alcançam o que será inundado conjuntamente pelas duas hidroelétricas

que serão construídas no Paraná, e que será arrebatado do povo paranaense sob o seu veemente protesto e corajoso testemunho patriótico e sob a compreensão do silêncio e acatamento, inclusive do Governo do Estado.

Ora, só Itaipu e Ilha Grande diminuirão a arrecadação do ICM do Paraná em setecentos e oitenta milhões de cruzeiros, ao ano. São sete bilhões, cento e nove milhões de cruzeiros que deixarão de circular no meio agrícola da região Oeste do Paraná, por causa da perda de quatrocentos e sessenta mil toneladas de cereais.

Dessa quantia, duzentos e cinquenta e sete mil toneladas são de produção de soja. Ora, como nós recebemos durante este ano de 81, a liberação de uma quota de cento e cinquenta mil toneladas para exportação, provavelmente nós, o Paraná que era o celeiro da soja do Brasil, haverá de deixar de exportar soja para importar soja para alimentar a sua indústria no setor.

Teríamos dados suficientes para apontar desta tribuna os prejuízos que cada município terá com o alagamento das duas barragens.

No entanto, nós detêmo-nos já apresentados para envidar o Governo do Estado diante das injustiças que se comete para com o nosso povo, e nossas riquezas, para que se tome e levante a cabeça e exija.

Não sei se o Governo do Estado realmente não se interessa por sua gente e por sua terra, por ser correligionário do Partido do Presidente da República, ou se não tem suficiente força para exigir exatamente porque participa desse Partido.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Esta fórmula aí foi encontrada no Pará, e como Pará é perto do Paraná, talvez ficasse essa sugestão. Lá, por questões meramente políticas o Governador Alacide Nunes praticamente rompeu com o Governo Federal, e em represália o Governo Federal mandou paralisar todas as obras no Paraná.

Talvez fosse um grande negócio o nosso Governador romper com o Governo Federal. Aí paralisariam essas obras que estão tomando o Paraná de assalto.

Portanto, fica a sugestão, que o Sr. Ney Braga assumo o Governo do Paraná, coisa que há muito tempo estamos pedindo a ele não conseguiu ainda, mas que assumo o Governo do Paraná e diga um basta a esse Governo que está espezinhando os Estados. Afinal de contas nós produzimos no ano passado vinte e sete por cento das divisas deste Estado. O Sr. Secretário das Finanças, num excelente relatório demonstra que o Estado do Paraná foi o Estado que mais contribuiu para esta Nação.

Enquanto isto estão os nordestinos lá, agora, ameaçando o Governo Federal dizendo que não vão votar mais na ARENA, porque ao Sul de Minas Gerais, Senador, por exemplo, é só biônico do PDS. O resto, para dar maioria a esse "governucho" que está lá na Presidência da República é tudo de biônico ou "Cara do Nordeste", cabeça-chata. E esses cabeças-chatas resolveram agora se unir e romper com o Governo Federal.

Está na hora do Paraná que mais produz divisas à Nação, que contribuiu com a maior quantidade de divisas para tirar o País do sufoco em que está, diga um basta.

E o Sr. Ney Braga terá nossa mão estendida neste momento. Rompa com o Governo Federal! Esperamos que eles façam como estão fazendo com o Pará, paralisem as obras; porque as obras que o Governo Federal está fazendo aqui, são para prejudicar o Estado. A duplicação daqui a Sprea está parada, as estradas federais, como Marmeleiro-Barracão, a firma há poucos dias estava arrancando o seu acampamento. As coisas federais que estão aqui são apenas de fiscalização, para elevar as nossas divisas. Portanto, rompamos com o Governo Federal, eles que fiquem com o resto e nós vamos trabalhar aqui e faremos tudo que for necessário.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Só assim, nobre Deputado, concluindo o seu raciocínio, preservariamos a nossa terra fertilíssima, com a paralização de Itaipu e Ilha Grande e também ...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa informa a Vossa Excelência que tem um minuto para a conclusão de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pedimos a Vossa Excelência que conceda ao orador que está na tribuna o espaço da Liderança reservado ao PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Deferido.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Obrigado, nobre Deputado. Como dizia, preservariamos oitocentos milhões de ICM para o nosso Estado, preservariamos a nossa gente, não teríamos que arcar com o ônus da miséria que essas empresas haverão de gerar com a expulsão dos homens daquelas terras e continuaríamos produzindo. A sugestão de Vossa Excelência realmente tem procedência.

Concedo o aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Sr. Deputado Gernote Kirinus, Vossa Excelência, com muita propriedade, procura demonstrar os elevados índices de prejuízos que o Estado do Paraná, quer econômicos, quer financeiros ou sociais, vem sendo submetido face às obras realizadas por empresas ou por determinação do Governo Central.

Farei nesta Casa, um pronunciamento em que ficará evidenciado que a COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, vem sofrendo tremendo prejuízo em virtude de sua mais gigantesca obra: a usina de Foz do Areia estar trabalhando com capacidade ociosa de quase cinquenta por cento, face à tão decantada Itaipu não ter cumprido com os compromissos assumidos com a COPEL, para conclusão da chamada rede de transmissão que levará energia de Itaipu ao Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Foz do Areia está perando com apenas cinquenta por cento de capacidade, como consequência fazendo com que o Estado tenha um prejuízo evidente e grande e, tudo isto, simplesmente em função da Itaipu - esta tão decantada Itaipu, não ter cumprido com o organograma de trabalho assumido com a COPEL.

É um assunto bastante complexo que trarei num pronunciamento na próxima semana, mas que serve para reforçar a afirmativa que Vossa Excelência vem fazendo, no sentido de que em primeiro plano estão as obras do Poder Central e só depois vêm os interesses do Estado e do município. Mas, na verdade, os interesses maiores são os interesses da população, os interesses do Estado, os interesses do município. E estes, que são os interesses do homem, estão sendo submetidos e arrasados pelo interesse do sistema.

Muito obrigado.

Agradeço o aparte.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte, rapidinho?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Só um minutinho.

O que vem enriquecer o nosso pronunciamento. E de fato, Vossa Excelência tem razão, o homem tão badalado como sendo prioridade de todos os governos demagógicos, está ficando como última instância, como final da corrente.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Quero declarar a esta Casa, que ouvirei com muita atenção o discurso que o Deputado Nilso Sguarezi, pretende ofere-

cer, sobre o assunto de Foz do Areia, de vez que a opinião abalisada do Engenheiro Deni Schwartz, de que Foz do Areia ainda não entrou em funcionamento na sua totalidade, é por causa de falta de recursos, e a do Deputado Nilso Sguarezi é por causa do problema da Itaipu.

Então, gostaria de realmente ouvir com muita atenção o discurso do Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. GERNOTE KIRINUS — O seu aparte, nobre Deputado, tenho a dizer apenas, uma vez que se refere a outros apartes, de que não vejo contradição. Poderiam ser ambas as coisas.

Mas, continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente a autoridade do Governador do Estado, do nosso querido Estado do Paraná, está ameaçada e está sendo desafiada.

A terra que se há de perder, e a coragem dos que enfrentam sozinhos os assaltantes, os invasores das nossas riquezas em nosso Estado, serão testemunhas da covardia dos que hoje cruzam os braços. Serão testemunhas daqueles que covardemente decapitaram e silenciaram numa das maiores entregas da riqueza do nosso Estado. E nesse tocante a participação que teve o Governo do Estado do Paraná, no episódio de Itaipu, no Movimento Justiça e Terra, foi dos mais vergonhosos. Mandou para lá um sub-Secretário da Agricultura, para agachado, ao pé do ouvido dos agricultores, pedir que fossem para casa, que levantassem acampamento, quando aqueles agricultores estavam lá, de cabeça erguida, assim como deviam estar os representantes deles, quando os agricultores estavam lá enfrentando a poderosa Itaipu Binacional, os agricultores estavam lá enfrentando a poderosa Itaipu Binacional, os emissários do Governo do Estado, os prefeitos, inclusive, a pedido do Governo do Estado, aconselhavam os agricultores a também se agacharem, a agüentarem calados, o sofrimento que trazia Itaipu.

Mas o povo deu um exemplo em Itaipu. O povo haverá de dar exemplo também em Ilha Grande. E por isso repito: este mesmo povo, que com coragem enfrenta hoje sozinho os assaltantes das nossas riquezas, amanhã serão testemunhas daqueles que cruzam os braços.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Kirinus, além do prejuízo que a nossa agricultura está sentindo com Itaipu, há um outro agravante. Tenho conversado com muitos engenheiros, justamente da CESBE e todos eles acham que Itaipu não é uma obra de engenharia, é uma obra militar. Uma obra que só pode ter saído da cabeça da eminência parda Golbery de Couto e Silva, que é o preposto do Pentágono, no Palácio do Planalto, uma obra realmente gigantesca, gigante na corrupção. Hoje Itaipu é a maior fonte de corrupção da América Latina, porque não há prestação de contas. É uma obra faraônica, de utilidade discutível. E este é realmente o País dos contrastes; enquanto se enterram bilhões de dólares em Itaipu, enriquecendo grupos nacionais e estrangeiros, lá no Ceará, o povo está saqueando mercados e empórios para matar a fome. Este é o País dirigido por meia dúzia de incompetentes.

Era este o aparte, nobre Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte do nobre Deputado, e concedo o aparte ao Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — Serei breve não só para cumprimentá-lo, porque talvez o Governo do Estado, como os prefeitos da região terão a grande oportunidade com referência a Itaipu, que talvez seja um exemplo da falta de justiça nas



indenizações, na próxima segunda-feira, às 8,00 horas da manhã, será iniciada uma assembléia dos indenizados de Itaipu, em Itacorá, Município de São Miguel do Iguaçu, onde pretendem um reajuste claro, adequado ao preço hoje vigente na região, sob pena de marcharem até Foz do Iguaçu.

Parece-me que está cheirando - e estou, neste aspecto, infelizmente até preocupadíssimo - porque talvez, como na questão dos suinocultores, em vez do Governo do Estado, em vez dos prefeitos da região, em vez de toda a classe política se unir em torno do problema até o fim, talvez ao invés desta solidariedade dos governantes e de toda a classe política até o final do episódio, nós tenhamos a presença da repressão.

Segunda-feira nós teremos possibilidade de assistir e ver, como se comportarão a partir dali, as nossas autoridades, o Governo do Estado, porque lá em Itacorá será reiniciado o "MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA", através de uma ampla assembléia, cuja definição está clara: Itaipu não atendendo a reivindicação e não cumprindo o compromisso do preço justo, irão marchar até Foz do Iguaçu, nos canteiros da obra da Itaipu-Binacional, e aí teremos quem continuará agachado ou quem estará de pé ao lado da Justiça, do direito dos agricultores da área.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço os apartes dos nobres

Deputados, e gostaria de dizer que realmente um grande desafio será posto agora dia 16, pelos agricultores de Itaipu, quando, reunidos em assembléia já definida em Itacorá, haverão de exigir de cada homem político também desta Casa, o seu posicionamento; haverão de exigir do Governo do Estado o seu posicionamento, e o Governador terá uma grande chance, e nós políticos teremos uma grande chance de realmente dizermos de que lado estamos: se estamos do lado do povo ou dos tecnocratas; se estamos do lado do povo brasileiro, ou se estamos para apoiar e dar sustentação à eminência parda há pouco referida pelo Deputado Fiori Luiz; se estamos do lado da Justiça e do homem ou se estamos do lado da força, da repressão, da injustiça, contra este mesmo homem.

Este é o desafio que o povo está nos colocando; que o povo de Itaipu e também aquele que já está se organizando em Ilha Grande, haverá de, no futuro, nos colocar diante deste desafio.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida.

E haveremos de, então ver, se mais uma vez, teremos presença de elementos do Governador do Estado lá em Itacorá, agora, segunda-feira, para desaconselhar ao povo para enfrentar sozinho, já que ajuda não tem, a injustiça que estão cometendo com eles.

Mas, acredito que, se o Governo - e se houver intenções sérias no programa plurianual aqui apresentado cuja meta é o homem; se for séria a intenção do Governo de seguir a doutrina social da Igreja Católica, então terá a grande oportunidade, também o Governo do Estado do Paraná, para, ao lado do povo paranaense, bater pé contra os tecnocratas que fizeram com que herdássemos a pior desgraça para o Paraná, que é Itaipu e Ilha Grande.

Tem o aparte o Deputado Deni Schwartz.

O Sr. Deni Schwartz — Apenas para esclarecer uma dúvida levantada pelo nobre Deputado Luiz Alberto. Quando nos referimos a Foz do Areia, até, talvez, estivesse implícito um elogio à COPEL.

Porque a COPEL, por não ter dinheiro para desapropriar os residentes à margem do já feito lago, está respeitando essas propriedades.

E o Deputado Nilso Sguarezi está colocando aqui que talvez até não seja tanto respeito: a COPEL não está, graças a Itaipu, conseguindo vender a sua energia.

Agora, isso não tira o defeito inicial: fez-se a obra para depois se pensar na desapropriação.

O que queríamos dizer é exatamente isto: a desapropriação deve preceder a obra. Para, inclusive, que o morador às margens dos rios inundados, possa até fazer um novo programa de vida, com tempo e não às correrias. Mas, agrava muito o que o Deputado Nilso Sguarezi traz aqui. Por que, pergunto: como ficarão as finanças da COPEL, agora que não pode operar em plena carga?

Não pode operar em plena carga porque Itaipu não permite.

Não operando em plena carga não tem dinheiro para desapropriar.

E os empréstimos internacionais? E os empréstimos nacionais? Se a Usina não está operando em plena carga ela não é econômica.

Como é que ficamos? Vamos tirar dinheiro dos impostos para dar à COPEL, para que ela possa sobreviver?

Esta é a pergunta:

As finanças da COPEL não estão tão bem assim, tanto que não se pode dizer, não se pode prever quando se iniciará a obra de Segredo.

Os trabalhos estão sendo feitos sem ainda um cronograma financeiro.

E são os técnicos da COPEL que estão a gritar. Porque, nesse campo dos tecnocratas há muita inveja, muita briga. Porque, eu que tenho alguma ligação com os tecnocratas, pela posição que exerço, que lá é pior que na política.

Os homens da ELETROSUL têm pavor dos da COPEL, até por uma questão de ciúmeira, porque, queiramos ou não, bem ou mal, os homens da COPEL já fizeram o seu nome. Enquanto que o pessoal da ELETROSUL teve de admitir que não tinha capacidade técnica para terminar Osório e entregou a obra à COPEL.

Mas, o Governo Federal onde está?

Enquanto ficam brigando no Ministério de Minas e Energia, enquanto não se sabe quem comanda a política energética do País, se o Sr. Aureliano, se o Sr. Cesar Cals, se o Sr. Ueki, e de fato, nós sabemos quem comanda: a "gang do Palácio".

Portanto, para terminar este esclarecimento: o Paraná não está só perdendo terras, mas também dinheiro. Porque, não estão permitindo que a obra da COPEL funcione a plena carga.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que o tempo está esgotado.

No entanto, concede-lhe mais um minuto para conclusão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para concluir, gostaria de dizer que isso que o nobre Deputado Deni Schwartz apontou, que conjuntamente com a liberação dos recursos para obras, deve ocorrer também a liberação de recursos para desapropriação.

E é isso que os agricultores pedem em seu primeiro ponto reivindicatório de seu documento.

Encerrando, Sr. Presidente, comunico que se encontram na mesa dois requerimentos que visam encaminhar, se não uma solução, mas pelo menos amenizar o sofrimento daquele povo.

Um dos requerimentos visa dar apoio a um projeto de lei que está tramitando na Câmara Federal e que a Bancada do Paraná está sugerindo que se apoie aquele projeto que visa recompensar as inundações dos municípios e do Estado.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Consulto à Lide-

rança do Partido Popular se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB se deseja fazer uso do seu horário.

Ausente, consulto à Liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

A Mesa com base na Resolução 2/71, abre o prazo de três (03) dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 11, para oferecimento de emendas à Proposição n.º 72/80, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

Passaremos à apreciação da matéria que se encontra sobre a mesa:—

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apreciado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leopoldo Seffrin, ocorrido em Campo Mourão.— Apreciado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Íria Oliveira, ocorrido em Campo Mourão.— Apreciado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Sandra Camuça, ocorrido em Araruna.— Apreciado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Octávio Berticelli, ocorrido na Cidade de Santa Izabel d'Oeste.— Apreciado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao INCRA e ITC, sugerindo a estes órgãos a criação de equipes especiais com livre trânsito junto a outros órgãos consultivos notocante à regularização de terras para atender as áreas dos futuros reservatórios de Itaipu e Ilha Grande em caráter de urgência.— Apreciado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

8 Srs. Deputados o aprovam;

Nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Composições das Comissões.

Levanta-se a sessão.